



Entrevista a Khairunissa Dhala, especialista da Amnistia Internacional para o país

©Amnistia Internacional

Khairunissa Dhala e Alex Neve, da secção da Amnistia do Canadá,
no Cordofão do Sul, Sudão.

O que aconteceu no Sudão do Sul desde a sua criação?

A independência do Sudão do Sul foi uma alegria. Muitos sudaneses do sul votaram na independência e muitos acreditaram que um Sudão do Sul independente podia ajudar a resolver o profundo subdesenvolvimento que resultou da longa guerra civil.

No entanto, permanecem por resolver muitos problemas entre o Sudão do Sul e o Sudão: a demarcação das fronteiras, o estatuto do disputado distrito fronteiriço de Abyei e a partilha dos lucros do petróleo. Estes assuntos resultaram em conflito em abril de 2012.

Na escalada ao conflito, a infraestrutura petrolífera partilhada pelos dois países foi encerrada e ainda não voltou a funcionar. Isto afetou fortemente as economias de ambos os países. O Sudão do Sul está a viver de reservas que estão a diminuir, enquanto a sua evidente e já antiga necessidade de desenvolvimento é mais uma vez adiada.

Em setembro do ano passado, o Sudão do Sul e o Sudão assinaram nove acordos, em Addis Ababa, sobre a segurança das fronteiras e sobre o petróleo, entre outras coisas, que marcaram um avanço no sentido de resolver muitos destes assuntos pendentes.

Espero que as atuais conversações e o compromisso por parte dos dois países resulte na implementação dos acordos.

Nos últimos dois anos também se presenciou um fortalecimento e crescimento da sociedade civil no Sudão do Sul, dando aos cidadãos do país uma voz que os representa e que faz exigências ao governo.

Quais são alguns dos desafios de direitos humanos que o Sudão do Sul enfrenta?

Progressos na realização dos direitos humanos têm sido bloqueados por várias questões, incluindo a continuada tensão com o Sudão, a falta de infraestruturas e de recursos, a eclosão de violência e as restrições à liberdade de expressão.

O país está repleto de armas ligeiras e os esforços das autoridades de conduzir programas de desarmamento têm sido marcados pela violência e por violações dos direitos humanos. Por exemplo, no ano passado, durante a campanha de desarmamento civil em Pibor, no estado de Juncáli, a Amnistia Internacional verificou violações cometidas pelas Forças Armadas do Sudão do Sul, incluindo violência sexual, tortura e outros maus tratos (ver [relatório](#), em inglês). O desarmamento civil está agora suspenso.

O acesso à justiça e a responsabilização pelas vítimas de abusos de direitos humanos também continuam a ser um desafio. Até à data, apenas alguns culpados foram responsabilizados pelas violações de direitos humanos cometidas durante o desarmamento civil em Pibor. Em Wau, no estado de Bahr el Ghazal Ocidental, as forças de segurança responsáveis por disparar e matar manifestantes pacíficos não foram responsabilizadas ([ver relatório](#), em inglês).

Quando o Sudão do Sul foi criado, acreditou que a situação dos direitos humanos fosse melhorar?

Tive um sentimento de esperança, como a maioria dos sudaneses do sul que votaram na independência. Muitas das causas dos atuais problemas do Sudão do Sul residem nas prolongadas e complexas crises de direitos humanos, que não podem ser resolvidas em um ou dois anos. Mas espero que o novo governo se esforce para dar prioridade à proteção dos direitos humanos dos seus cidadãos e que caminhe no sentido de respeitar, proteger e promover os direitos civis e políticos, bem como os direitos económicos, sociais e culturais.

A situação melhorou ou piorou no último ano?

É difícil dizer categoricamente se a situação dos direitos humanos piorou no geral. No entanto, a atitude agressiva do governo para com ativistas dos direitos humanos, jornalistas e críticos tornou-se mais evidente no último ano. A Amnistia Internacional documentou vários casos de jornalistas que enfrentaram intimidações, perseguições e detenções ilegais por parte das forças de segurança nacionais e das Forças Armadas do Sudão do Sul, apenas por realizarem o seu trabalho de forma legal ([ver relatório, em inglês](#)).

Quando esteve lá pela última vez?

Estive no Sudão do Sul em janeiro e fevereiro deste ano. Fiz investigação em Juba, a capital do Sudão do Sul, e em campos de refugiados no estado de Unidade, para onde mais de 70 mil pessoas fugiram desde junho de 2011, quando começou o conflito no estado sudanês do Cordofão do Sul.

Também viajei para Wau, no estado de Bahr el Ghazal Ocidental, onde o governo recentemente reprimiu os seus críticos, incluindo membros do Parlamento e jovens ativistas.

Há alguma história que se lembre em particular?

Apesar de todos os desafios enfrentados no Sudão do Sul, as pessoas continuam muito empenhadas em construir uma vida melhor para si e para as suas comunidades. Muitos estrangeiros que visitam o Sudão do Sul percebem essa poderosa sensação de energia.

Conheci muita gente que sofreu durante a guerra civil e essas histórias marcaram-me. Uma pessoa, cujo nome não posso revelar, atravessou o continente em busca de educação – esteve em campos de refugiados na República Centro-Africana e depois no Uganda, passando pela República Democrática do Congo, onde foi brevemente detido e acusado de ser um rebelde. Agora de volta ao Sudão do Sul, trabalha como jornalista de uma estação de rádio local e corre sérios riscos por abordar questões de direitos humanos. Ele quer regressar aos estudos, obter um mestrado em direitos humanos e trabalhar pela justiça e responsabilização da violência com base no género no Sudão do Sul.

O que gostaria que o Sudão do Sul atingisse nos próximos dois anos?

Há muitas coisas que a Amnistia Internacional gostaria de ver acontecer no Sudão do Sul. As autoridades devem deter todos os culpados de crimes, incluindo membros das forças de segurança, e responsabilizá-los por abusos cometidos de acordo com os padrões internacionais.

A Amnistia Internacional também gostaria de ver o Sudão do Sul abolir a pena de morte na sua nova Constituição, que está de momento a ser redigida, e juntar-se à tendência global no sentido de acabar com a pena capital.

Um primeiro passo positivo foi tomado em dezembro de 2012, quando o Sudão do Sul votou a favor de uma moratória à pena de morte na Assembleia Geral das Nações Unidas. O próximo passo assenta no estabelecimento de uma moratória oficial às execuções no Sudão do Sul, com vista à abolição da pena de morte.

Neste momento, no Sudão do Sul, existem cerca de 200 pessoas no corredor da morte, à espera de serem executadas. Recentemente, em junho de 2013, 11 homens foram condenados à morte por enforcamento por alegado homicídio, em Wau.

Por ocasião do segundo aniversário da independência do Sudão do Sul, a Amnistia Internacional, e outras organizações, apelam ao Presidente Salva Kiir para comutar todas as sentenças à pena de morte existentes.